

Brasília, 04 de maio de 2026

Seleção

Sumário

MSN Notícias

Sábado, 02 de maio de 2026 | Direitos Autorais

Justiça decide a favor de Chico Buarque em ação contra uso de música por IA 3

Sábado, 02 de maio de 2026 | Patentes

UE avaliza acordo de patentes entre montadoras e provoca reação dos EUA 4

Economia & Negócios - Estadão

Sábado, 02 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

Brasil e Canadá fazem rodada para discutir acordo comercial envolvendo o Mercosu... 6

Correio Braziliense

Domingo, 03 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Propriedade intelectual na saúde em debate no Correio 7

A Tarde - Últimas Notícias

Sábado, 02 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

Do café ao vinho: veja alimentos brasileiros protegidos por acordo Mercosul-UE 9

Justiça decide a favor de Chico Buarque em ação contra uso de música por IA



A Justiça do Rio de Janeiro decidiu a favor de Chico Buarque em um processo movido contra a Meta Platforms, responsável pelo Facebook e pelo Instagram. O caso envolve o uso não autorizado da música "Cálice" em um vídeo criado com inteligência artificial e publicado na plataforma.

Segundo informação da coluna de Fábria Oliveira, do portal Metrôpoles, na ação, o Chico Buarque apontou a violação de **direitos autorais** após identificar que sua obra foi utilizada em um conteúdo de cunho político, no qual o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, aparece retratado como um personagem de desenho animado com características de ditador. Continue lendo no Brasil 247

A sentença foi proferida em 27 de fevereiro pelo juiz Mario Cunha Olinto Filho, da 2ª Vara Cível da

Barra da Tijuca. O magistrado reconheceu que houve violação dos **direitos autorais** de Chico Buarque e classificou o conteúdo como ofensivo à imagem e à honra do artista.

Apesar disso, o juiz destacou que a plataforma não possui obrigação legal de monitorar previamente conteúdos publicados por terceiros, conforme estabelece o Marco Civil da **Internet**. Nesse contexto, a responsabilidade da empresa só se configuraria caso não cumprisse uma ordem judicial de remoção - o que não ocorreu.

Segundo a decisão, a empresa agiu rapidamente para retirar o conteúdo do ar após a liminar, o que afastou sua responsabilização direta por danos.

Mesmo assim, o juiz determinou a remoção definitiva dos vídeos e considerou procedente o pedido do cantor para que a plataforma forneça os dados dos responsáveis pelas publicações. A medida permite que Chico Buarque possa ingressar com ações individuais contra os autores dos perfis envolvidos.

Em 23 de março, a empresa informou ao juízo que já havia apresentado os relatórios com as informações solicitadas, pedindo o arquivamento do processo. Posteriormente, em 16 de abril, o magistrado solicitou que o artista se manifeste confirmando o cumprimento da decisão.

UE avaliza acordo de patentes entre montadoras e provoca reação dos EUA

Quer se manter informado, ter acesso a mais de 60 colunistas e reportagens exclusivas? Assine o Estadão aqui!

A União Europeia acaba de dar aval a um cartel de patentes da indústria automotiva - e o Departamento de Justiça dos EUA está reagindo

Diante da crescente concorrência das montadoras chinesas, fabricantes europeias de automóveis estão buscando formas de reduzir drasticamente os pagamentos por licenças de tecnologias essenciais - como 5G ou Wi-Fi embarcados - exigidas nos carros modernos. E tudo indica que a União Europeia permitirá que elas façam isso, em detrimento de inovadores ao redor do mundo, incluindo os dos Estados Unidos.

Os royalties de licenciamento de tecnologias como 5G ou Wi-Fi remuneram os inovadores pelo uso dessas soluções e também financiam o avanço contínuo dessas tecnologias, o que, no fim, beneficia tanto as montadoras quanto os consumidores. Os responsáveis por esses padrões tecnológicos estão espalhados por diversos países. Embora a UE frequentemente defenda a economia da inovação, suas ações recentes parecem ir na direção contrária. Yamaha reduz preço da Neo's Connected em R\$ 8 mil no Brasil. Queridinha dos entregadores, Honda Pop 110 ganha freio combinado e mais segurança. BYD em crise? Lucro líquido cai pela metade no 1º trimestre na China

Em vez de adotar medidas para incentivar a inovação dentro do bloco, permitindo que o continente se beneficie diretamente dela, a União Europeia decidiu apoiar um grupo de montadoras na tentativa de enfraquecer a economia da inovação - tanto na Europa quanto globalmente - ao viabilizar algo que, na prática, funciona como um cartel.

No ano passado, a Comissão Europeia emitiu uma chamada "Carta de Conforto" para um grupo denominado Automotive Licensing Negotiation Group (ALNG), permitindo que ele avançasse com sua proposta de negociar coletivamente licenças de propriedade intelectual em nome de montadoras europeias participantes.

O objetivo desse tipo de articulação entre concorrentes é transformar o ALNG em um comprador único na Europa - um monopólio, na prática - concentrando poder de mercado para reduzir os pagamentos de licenciamento.

Outras grandes economias não compartilham dessa visão. O Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DOJ) já se posicionou publicamente contra o ALNG, indicando que a estrutura proposta provavelmente violaria as leis antitruste americanas. Além disso, no início deste ano, a divisão antitruste do DOJ enviou pedidos formais de investigação (CIDs) aos membros do grupo - BMW, Mercedes-Benz, Volkswagen e o conglomerado ThyssenKrupp, importante fornecedor automotivo. É provável que a aplicação das leis antitruste nos EUA impeça a atuação do ALNG naquele mercado.

Autoridades regulatórias de outros países também tendem a rejeitar esse tipo de arranjo, já que ele prejudica seus próprios produtores e, no caso de tecnologias padronizadas, reduz o incentivo à inovação ao diminuir o retorno sobre investimentos.

Em vez de rever sua política controversa e incentivar o desenvolvimento tecnológico, a Comissão Europeia parece ter optado por reforçar esse modelo. Em 16 de abril de 2026, a UE publicou novas diretrizes antitruste que legitimam grupos de negociação como o ALNG, desde que se enquadrem em determinados critérios, usando sua regulação para enfraquecer um ecossistema de inovação que vinha funcionando bem.

Uma alternativa já utilizada por montadoras europeias há mais de um século seria continuar apoiando os chamados "patent pools" - consórcios que reúnem patentes de tecnologias padronizadas em uma única licença. Esse modelo já se mostrou eficaz para reduzir custos de transação e garantir condições mais equilibradas no mercado.

A decisão coletiva de negociar em bloco para reduzir pagamentos por tecnologias essenciais não é uma solução sustentável no longo prazo, nem para as montadoras europeias nem para os consumidores. Ainda assim, líderes europeus parecem não

estar atentos aos riscos políticos e econômicos dessa estratégia. Caso a Europa siga nesse caminho, outros países com regulações mais flexíveis podem adotar medidas semelhantes. Em pouco tempo, os próprios grupos europeus podem ser superados por concorrentes, como os chineses.

As montadoras europeias já enfrentam uma situação próxima de uma crise estrutural, com os veículos elétricos chineses ameaçando reduzir suas vendas em diversos mercados. Tentar contornar as

leis antitruste dos Estados Unidos para obter ganhos de curto prazo tende a trazer pouco benefício - e ainda pode agravar as tensões entre as duas regiões.

As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem as posições da Fortune.

*Este texto foi traduzido com auxílio de inteligência artificial e supervisionado pelos jornalistas do Estadão.

Brasil e Canadá fazem rodada para discutir acordo comercial envolvendo o Mercosul



BRASÍLIA - Brasil e Canadá avançaram na discussão do acordo comercial entre o governo canadense e o Mercosul. Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), a retomada das negociações mostra o interesse das partes em aprofundar as relações econômicas. "Foram realizadas reuniões presenciais dos grupos técnicos sobre comércio de bens, serviços e serviços financeiros, regras de origem, **propriedade intelectual**, barreiras sanitárias e fitossanitárias e comércio e desenvolvimento sustentável. Houve também reuniões híbridas sobre

compras governamentais, barreiras técnicas ao comércio e comércio e trabalho", afirma o Mapa em nota divulgada na sexta-feira, 1º.

A pasta diz ainda que, após a rodada de reuniões, ocorrida entre 27 e 30 de abril, três capítulos do acordo comercial se encaminharam para o encerramento. Estão previstos novos encontros em maio, visando à conclusão das negociações. UE-Mercosul: a nova fronteira econômica que reposiciona o agro brasileiro Quem ganha e quem perde com a entrada em vigor do Acordo União Europeia-Mercosul? Mercosul-UE: exportação do Brasil à Europa pode crescer US\$ 1 bi no primeiro ano do acordo Na terça-feira, 28, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou a promulgação do acordo entre a União Europeia e o Mercosul, que passou a valer nesta sexta. Na ocasião, Lula destacou a importância de encontrar novos parceiros comerciais e considerou a negociação com o Canadá como estratégica.

Propriedade intelectual na saúde em debate no Correio



Evento na sede do jornal reúne autoridades e especialistas para discutir inovação, acesso a novas terapias e desafios regulatórios na área da saúde pública brasileira

debate sobre **propriedade intelectual** e seus reflexos na saúde pública brasileira será tema do Summit "**Propriedade intelectual** na agenda pública: o que está em jogo para a saúde?" promovido pelo Correio Braziliense em parceria com a **Interfarma**. O encontro ocorre amanhã, às 9h, na sede do jornal, no Setor de Indústrias Gráficas, com transmissão ao vivo pelo YouTube (Correio Braziliense e inscrições abertas ao público por meio de link disponibilizado no link <http://eventos.correiobraziliense.com.br/propriedadeintelectualnaagendapublica>).

A iniciativa reunirá especialistas, autoridades e representantes do setor para discutir como o sistema de **propriedade intelectual** influencia o desenvolvimento científico, a **inovação tecnológica** e o acesso a medicamentos no país. A programação inclui painéis e palestras voltados à análise de desafios regulatórios, impactos econômicos e perspectivas para o setor de saúde.

O presidente executivo da **Interfarma**, Renato Porto, afirma que "o que está em jogo é o futuro da inovação em saúde no país, ao destacar que o tema ultrapassa interesses industriais. "A **propriedade**

intelectual impacta diretamente a capacidade de

atrair pesquisa, desenvolver ciência e garantir acesso futuro a novas terapias, diz.

Segundo ele, decisões baseadas em soluções imediatas podem comprometer o avanço científico. "Leituras simplificadoras podem parecer atraentes no presente, mas tendem a afetar a realização de pesquisas clínicas e a chegada de inovações ao país, afirma, ao defender uma abordagem estruturada de política pública.

Porto avalia que a realização do encontro busca qualificar o debate público. "Um evento como este cria um espaço de diálogo entre diferentes atores e contribui para afastar interpretações superficiais, com discussões técnicas e baseadas em evidências; declara.

Entre os temas centrais está o equilíbrio entre inovação e acesso a medicamentos. "Essas agendas não são concorrentes, fazem parte do mesmo ciclo" afirma o executivo, ao explicar que patentes têm prazo determinado e viabilizam investimentos de alto risco

Summit do Correio discutirá a importância da ciência e da produção de conhecimento na área da saúde necessários ao desenvolvimento de novas terapias.

Ele ressalta que "medicamentos levam, em média, de 10 a 15 anos de pesquisa" e que a fragilização desse sistema pode comprometer o acesso futuro. "Enfraquecer a inovação afeta diretamente a chegada de terapias mais avançadas; pontua.



Summit do Correio discutirá a importância da ciência e da produção de conhecimento na área da saúde

Outro ponto em debate será o tempo de análise de patentes no Brasil. "O problema não está no prazo legal, mas na demora excessiva no exame" afirma Porto, ao destacar que a falta de previsibilidade afeta decisões globais de investimento.

Dados recentes indicam que o tempo médio de análise de patentes biofarmacêuticas no país permanece elevado. "A demora aumenta o risco dos investimentos e pode afastar estudos e lançamentos do país, diz, ao comparar com sistemas internacionais, onde o processo ocorre em menor tempo.

O presidente da **Interfarma** também aborda a discussão sobre recomposição de prazo de patentes. "Não se trata de extensão, mas de um mecanismo para corrigir atrasos injustificados do Estado e restaurar previsibilidade", explica, ao destacar a importância da segurança jurídica.

Medicamentos

A programação inclui, ainda, o debate sobre **falsificação** de medicamentos. "Medicamentos falsificados podem não ter princípio ativo ou conter subs-

tâncias tóxicas, com risco direto ao paciente" alerta.

Ele acrescenta que o comércio ilegal tem se expandido com o uso de plataformas digitais. "Trata-se de um mercado estruturado, impulsionado por vendas online e redes sociais, fora de qualquer controle sanitário afirma.

Segundo Porto, o impacto atinge toda a cadeia de saúde. "Há sobrecarga do sistema com falhas terapêuticas e internações evitáveis, além de prejuízos à indústria regulada, diz.

O Summit contará com a participação de nomes como o economista Pedro Bernardo, a diretora de Política em Saúde da **Interfarma**, Raquel Souza, a diretora técnica da Fundação PagTcPB e pró-reitora da UEPB, Nadja Oliveira, o presidente do **INPI**, Júlio César Moreira, a diretora-executiva da ICC Brasil, Gabriela Dorlhac, o diretor sênior da PARMA, Anjam Aziz, o chefe da Divisão de **Propriedade Intelectual** do MRE, Daniel Lisboa, e o sócio do Pinheiro Neto Advogados, José Alexandre Buaiz Neto, além do próprio Renato Porto.

A proposta do evento é reunir diferentes perspectivas para orientar decisões públicas. "O combate à **falsificação** exige ação coordenada entre autoridades, setor privado e sociedade", afirma Porto, ao mencionar a necessidade de fiscalização e rastreabilidade.

O diálogo vai contribuir para o fortalecimento do ambiente de inovação e pesquisa no Brasil, com impacto direto na formulação de políticas públicas e no acesso a novas tecnologias em saúde. Ao colocar o tema no centro da agenda, o encontro busca ampliar a compreensão sobre o papel da **propriedade intelectual** no desenvolvimento do setor, em um contexto de transformações científicas e desafios institucionais.

Do café ao vinho: veja alimentos brasileiros protegidos por acordo Mercosul-UE



O acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia entrou em vigor e trouxe mudanças importantes para a produção e comercialização de alimentos. A partir de agora, diversos produtos tradicionais dos países dos dois blocos passam a ter reconhecimento como **propriedade intelectual**, ficando protegidos contra cópias e uso indevido de seus nomes.

Essa proteção ocorre por meio da chamada indicação geográfica (IG), que impede que itens sejam produzidos ou vendidos fora de suas regiões de origem com a mesma denominação.

Com isso, produtos europeus como champanhe, coelho e presunto tipo Parma tendem a deixar de ser fabricados no Brasil com esses nomes. O acordo, no entanto, prevê um período de transição que pode chegar a até 10 anos para adaptação das empresas.

Por outro lado, o Brasil também passa a contar com maior proteção internacional para seus produtos típicos. Ao todo, 37 itens nacionais foram incluídos na lista, entre eles a cachaça e o queijo Canastra, que passam a ter reconhecimento e proteção contra

falsificações no exterior. As informações são do g1.

Alimentos brasileiros protegidos:

Região do Cerrado Mineiro - Café, erva-mate, especiarias e preparações
Região São Bento de Urânia - Produtos vegetais frescos e processados
São Mateus - Café, erva-mate, especiarias e preparações
Serra - Queijos
Vale do Submédio São Francisco - Frutas e nozes frescas e processadas
Vale dos Vinhedos - Vinhos
Vales da Uva Goethe - Vinhos
Alta Mogiana - Café, erva-mate, especiarias e preparações
Altos Montes - Vinhos
Cachaça - Bebidas destiladas
Canastra - Queijos
Carlópolis - Frutas e nozes frescas e processadas
Costa Negra - Crustáceos
Cruzeiro do Sul - Produtos da indústria da moagem
Farroupilha - Vinhos
Linhares - Cacau e preparações de cacau
Litoral Norte Gaúcho - Cereais
Manguezaís de Alagoas - Outros produtos comestíveis de origem animal
Maracaju - Carnes frescas, congeladas e processadas
Marialva - Frutas e nozes frescas e processadas
Microrregião de Abaíra - Bebidas destiladas
Monte Belo - Vinhos
Mossoró - Frutas e nozes frescas e processadas
Norte Pioneiro do Paraná - Café, erva-mate, especiarias e preparações
Oeste do Paraná - Mel
Ortigueira - Mel
Pampa Gaúcho da Campanha Meridional - Carnes frescas, congeladas e processadas
Pantanal - Carnes frescas, congeladas e processadas
Paraty - Bebidas destiladas
Pelotas - Produtos de confeitaria e panificados
Piauí - Frutas e nozes frescas e processadas
Pinto Bandeira - Vinhos
Região da Mata Rosa - Especiarias
Região do Alto Paraíso de Goiás - Outros produtos comestíveis de origem animal
Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais - Café, erva-mate, especiarias e preparações
Região de Pinhal - Café, erva-mate, especiarias e preparações
Região de Salinas - Bebidas destiladas

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	1
Inovação	5,6
Marco regulatório INPI	5,6
Patentes	2,3,5,6
Propriedade Intelectual	2,3,4,5,6,7